



# Anais da Assembléia

N. 94

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE SETEMBRO DE 1985

ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 81ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1985.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida César e Hermas Brandão.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 191/85, que institui a garantia de pleno emprego ao funcionário regido pelo CLT do Estado.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, a inclusão na Pauta da Ordem do Dia da próxima sessão o Projeto de Lei n. 183/85, Mensagem n. 136/85, pois o mesmo se encontra em Regime de Urgência e não sofreu pareceres das Comissões Técnicas da Casa.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 182/84 por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) TRAJANO BASTOS.

Apoio: Artagão Mattos Leão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido dia 13 do corrente, na cidade de Piraquara, do Senhor Antônio Aparecido Esteves.

O extinto, comerciante há muitos anos naquele município, deixa viúva a Sra. Geni A. Esteves, 6 filhos, genros e netos, e largo círculo de amizade.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Paulino Chimanski, ocorrido no dia 16 de setembro de 1985, em Cascavel.

Requer ainda, que seja enviada cópia aos familiares, em nome de Arival Pereira Chimanski — Floricultura Aliança — Cascavel — Pr.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que propomos objetiva demonstrar o sentimento dos paranaenses, mormente daqueles que residem em Cascavel, pelo passamento de uma pessoa de elevadíssima estima e de tradicional família que orgulha Cascavel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja marcada para 23 de outubro de 1985, às 15 horas, a Sessão Solene de entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná a Dom Pedro Fedalto — Arcebispo de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consagração na ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações ao Sindicato dos Empregados do Comércio de Ubatuba pela eleição de posse de sua Diretoria, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Presidente Mauro de Oliveira.

Inegavelmente, a classe dos comerciários do Município de Ubitatã, existe de modo organizado, já há alguns anos. Seu sindicato tem uma história que se caracteriza por muitas lutas e campanhas, principalmente com relação a necessidade de de haver maior união entre seus integrantes, através do quadro associativo.

Atualmente, o Sindicato dos Empregados do Comércio de Ubitatã, depois de intensa e incansável luta, conseguiu regularizar sua situação legal, sendo que a Diretoria eleita é a primeira desta nova fase.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, solicito também o registro nos Anais deste Poder dos nomes que integram a sua Diretoria:

Presidente: Mauro de Oliveira;

Vice-Presidente: Dionísio Ramos;

Primeiro Tesoureiro: Carmo Dias;

Suplentes da Diretoria: Joacir Zom Ranieri, José Thomochoski e João Alves Rocho.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, voto de congratulações ao Desembargador Heliantho Guimarães Camargo — que ora se aposenta — pelo excelente trabalho desenvolvido por mais de 40 anos na magistratura ativa paranaense.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Tribunal de Justiça do Estado e ao homenageado.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de louvor ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Heliantho Guimarães Camargo, recentemente aposentado como membro do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, pelos relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário do Paraná, dando-se ciência ao homenageado, bem como à Presidência do Tribunal de Justiça, para fins de registro naquela Magna Corte.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

### JUSTIFICATIVA:

Após 40 anos atuando como julgador, o Desembargador Heliantho Guimarães Camargo deixa a Magistratura, por força de dispositivo constitucional.

Tendo ingressado na carreira em 1945, exerceu as funções de Juiz de Direito nas Comarcas de Bandeirantes, Pitanga, Mallet, Araucária, Sertãozinho, Londrina e Curitiba.

Em agosto de 1966, foi nomeado Desembargador.

No dia 16 de dezembro de 1980, foi eleito presidente do Tribunal de Justiça do Estado, para o biênio 81/82.

Como Chefe do Poder Judiciário, imprimiu um ritmo dinâmico à sua administração, passando a usar sistemas de computadores para atuação e registro dos feitos naquela Corte.

Promoveu a reestruturação do quadro de Pessoal do Poder Judiciário, reativou a Divisão de Engenharia e criou a Seção de Serviço Social, dando especial atenção aos servidores do

Poder Judiciário do Paraná, mais tarde beneficiados com o Fundo de Saúde, criado com verba destinada para esse fim.

Construiu e completou várias obras, destacando-se entre elas, os edifícios dos Fóruns de Ponta Grossa, Francisco Beltrão, Londrina, Terra Rica, Mandaguaçu, Santa Isabel do Ivaí, Campo Largo, Castro, Cidade Gaúcha e Cândido de Abreu, e ampliação e reforma de várias outras.

Editou a publicação "A História do Poder Judiciário no Paraná".

Conseguiu agilizar a justiça, tomou providências para a construção do Fórum de Curitiba.

Natural de Curitiba, nasceu nesta Capital em 29 de setembro de 1915, tendo se formado em Direito pela Faculdade de Recife, no ano de 1938.

Recebeu o título de Cidadania Honorária dos Municípios de Sertãozinho, Primeiro de Maio, Mallet e de Palmas.

Pessoa dinâmica, foi alvo de elogios pelos seus pares na sessão em que se despediu do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, onde, com propriedade e acerto, foi considerado "Homem Impulsivo, por força de suas idéias, mas de um grande coração, de um Juiz na verdadeira concepção da palavra".

Por tais motivos, o Poder Legislativo deve se associar às homenagens prestadas ao ilustre Magistrado.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Srs. Ministro do Exército e Comandante da Quinta Região Militar do Estado, consubstanciados em veemente apelo, no sentido de que o Colégio Militar de Curitiba não venha a ser fechado, conforme notícias veiculadas através da Imprensa de nossa Capital.

Tal apelo se faz, tendo em vista os inúmeros benefícios que aquele tradicional estabelecimento de ensino vem trazendo para a população não só militar como civil de nosso Estado.

Em um país tão carente de escolas, seria grande a perda para a nossa juventude, que esse exemplar estabelecimento escolar, venha a encerrar suas atividades.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Ministro das Minas e Energia, para que revogue a Portaria do Conselho Nacional de Petróleo que exclui o Paraná como produtor de carvão energético.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA: Feita em Plenário.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Sr. Dr. Gilberto Geraldo Garbi, DD. Presidente da TELEPAR, solicitando providências urgentes para a extensão de linha telefônica para a localidade de Santa Luzia, Município de Planalto, dando-se ciência deste requerimento ao Excelentíssimo Sr. Arnildo Rech, Pre-

feito Municipal e ao Excelentíssimo Sr. Ademir Roque Schiavo, Presidente da Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

A localidade de Santa Luzia dista apenas 3 quilômetros da sede do Município - Planalto, facilitando sobremaneira a extensão das linhas telefônicas, o que viria trazer grandes benefícios à comunidade, a qual possui razoável número de habitantes e também um pequeno comércio.

Considerando que a comunicação sempre se constituiu em fator importante para o desenvolvimento das comunidades e, confiantes no plano de governo atual, apelamos à TELEPAR na certeza de um breve atendimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido da designação de mais policiais para prestar serviços no Distrito Administrativo de Luiziana, pertencente à municipalidade de Campo Mourão.

A presente solicitação baseia-se em iniciativa do Excelentíssimo Sr. Nelson José Turek. Este Vereador do Poder Legislativo mourãoense tem se manifestado muito preocupado com a real situação em termos de segurança pública que se verifica atualmente em Luiziana. O que está acontecendo é que o número de policiais tem sido insuficiente para atender inúmeras ocorrências.

Neste sentido, faz-se necessário, num menor espaço de tempo possível, por fim em tal situação, devolvendo àquele povo laborioso a tranquilidade necessária, tanto no trabalho quanto em suas residências; esperando-se o encaminhamento de medidas propostas no presente requerimento, conforme reivindicação do referido nobre Parlamentar de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Gilberto Geraldo Garbi, DD. Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público no Restaurante e Churrascaria Panorâmico Vila Velha, situado na BR-376, Rodovia do Café, km 83,5, próximo a Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Vila Velha é um dos parques turísticos mais conhecidos do mundo.

Entretanto, até o presente momento, não existe, nas proximidades, telefones públicos.

Na localidade, próximo ao Parque, existe um ponto de parada, denominado "Restaurante e Churrascaria Panorâmico Vila Velha", onde poderiam ser instalados telefones.

Hoje, mesmo nos casos de urgência, os interessados têm que recorrer à administração para se comunicar telefoni-

camente, o que é inconcebível.

Cremos que essa empresa, cuja eficiência nos foi demonstrada através de interesse publicação, possui os meios técnicos necessários para superar qualquer obstáculo para a instalação de telefones públicos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, solicitando que seja determinado policiamento preventivo para disciplinar o trânsito nas proximidades dos estabelecimentos de ensino de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Através do Programa "Hora Popular", levado ao ar pela Rádio Clube Pontagrossense, tomamos conhecimento de diversos pedidos de pais de alunos, para que sejam designados policiais com a finalidade de disciplinar na entrada e saída das aulas.

Noticiou-se também o atropelamento de um menor, na hora de maior movimento, nas proximidades das escolas.

O registro levado ao conhecimento público no referido programa, líder em audiência da "Princesa dos Campos", sob a responsabilidade do comunicador Nilson de Oliveira, é digno de maior consideração.

Assim, sendo, o Comandante do Primeiro Batalhão da Polícia Militar do Estado, sediado em Ponta Grossa, Cel. Aymoré Índio do Brasil Pereira de Moraes, alegou ser impossível o atendimento a 150 escolas com um efetivo de apenas 60 policiais.

Esclarecemos que a pretensão de policiamento, a princípio, é para as proximidades dos estabelecimentos de ensino onde, pela localização, haja maior movimento de veículos e, conseqüentemente, perigos de atropelamentos, como foi noticiado.

Se necessário, solicitamos reforço ao destacamento, com prioridade ao atendimento às escolas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja endereçado ao Sr. Ministro das Minas e Energia, Dr. Aureliano Chaves, o pedido para que determine, como Poder Concedente, à CESP - Companhia Energética de São Paulo, que cumpra imediatamente suas obrigações de indenizar, não só as pessoas proprietárias dos reservatórios das Usinas de Rosana e Taquaruçu, mas dos municípios atingidos e ao Estado do Paraná.

Que da decisão, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, Presidentes da Câmara e do Senado Federal, bem como ao Excelentíssimo Sr. Franco Montoro - Governador do Estado de São Paulo e ao Sr. Presidente da CESP, além do Excelentíssimo Sr. José Richa, Governador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

A União cumpre a Constituição Brasileira vigente quando concede direitos de utilização de rios lindeiros entre os Estados a uma empresa para o aproveitamento energético. Mas o Governo Federal não pode e não deve sobrepor essa prerrogativa constitucional aos direitos dos cidadãos residentes às margens dos rios, nem a direitos essenciais dos Estados e municípios que perdem parte de seu território, parte de sua fauna e flora, parte de suas culturas e suas rendas, sofrem modificações no meio-ambiente.

A CESP de São Paulo, à qual foi deferida a construção da Usina de Rosana, está com as obras da barragem quase prontas, devendo antecipar o represamento das águas do Paranapanema para março de 1986, sem que até agora tenha sido editado o Decreto Federal de Desapropriação, e nem por ela adotadas, em comum acordo com o Paraná e seus municípios, medidas cautelares de ampla magnitude. Medidas essas que vão da substituição da malha viária essencial que será destruída à definição dos custos desapropriatórios para mais de 50 famílias que vivem na região ameaçada e as medidas de reassentamento dessas famílias.

Essa política de fato consumado, que o Paraná não aceita nem admitirá sem resistências, precisa ser corrigida urgentemente, com a interveniência do Poder Central, a quem compete, como concedente, grande responsabilidade pelos acontecimentos econômicos, sociais, ecológicos e políticos que advirão.

Essa a justificativa do presente requerimento à autoridade competente.

#### PRONUNCIAMENTO EFEITOS DO AUTORITARISMO

Por muito tempo a sociedade brasileira vai enfrentar os efeitos maléficos que o germe do autoritarismo contaminou a Nação. Decisões autoritárias do passado, continuam a gerar seus efeitos nocivos na vida das pessoas e até dos próprios Estados e Municípios.

O Estado do Paraná, sem qualquer dúvida, foi o mais atingido, eis que boa parte do nosso território foi confiscado para que o regime autoritário traçasse seus deleitos e suas megalomânicas obras, nas grandes usinas hidroelétricas.

#### A NOVA REPÚBLICA

O Paraná e seu povo não podem mais aceitar estas coisas que infelizmente marcaram os governos anteriores. Neste mesmo passado os vassalos do autoritarismo não tiveram a coragem de defender os interesses paranaenses e apenas o povo mobilizou-se para obter uma justa indenização de suas terras. Assim foi em Itaipu e nas Usinas de Salto Osório e Santiago, no Rio Iguaçu.

Agora teremos mais um pedaço de terras alagadas pela Usina Hidroelétrica de Rosana, no Noroeste do Estado, que está sendo construída pela CESP.

Serão 13.068,44 ha, dos quais mais de 1800 de matas nativas que vamos perder, além de 5 portos fluviais das balsas que fazem a travessia do Rio Paranapanema, nos Municípios de Diamante do Norte, Terra Rica, Paranaíba, Santo Antonio do Caiuá, Inajá, Paranaíba e Jardim Olinda. Serão atingidos 280 propriedades e 7 indústrias oleiras, além de perdêmos toda a rede viária da região e a necessidade de relocação da rede elétrica.

Interpretando a angústia dos moradores e proprietários daquela área, o Diretório Municipal do PMDB de Terra Rica, em expediente do último dia 30/08/85, endereçado a várias autoridades, reivindica:

01. Preços justos, de maneira que os atuais pequenos e médios proprietários possam se acomodar no próprio município ou região;

02. Assentamento em nosso Estado e na região por parte da CESP, dos arrendatários e trabalhadores rurais, hoje residindo nas propriedades prejudicadas;

03. Manter a estrutura viária do município de forma a não interromper as vias de transporte após a formação do lago;

04. Manter uma estrutura jurídica e de informação aos municípios, para que possa tranquilizar a população e também exigir da CESP obras necessárias, procurando assim minimizar as perdas irreparáveis.

Na verdade o Governo do Estado formou uma Comissão Especial entre DER-COPEL-ITC, para tratar deste assunto junto à CESP, mas pelo que se sabe, nenhum avanço se tem conseguido, a fim de que os interesses paranaenses sejam indenizados pela CESP, que além de Rosana, ainda no Paranapanema, está construindo também a Usina de Taquaruçu, que vai inundar mais de 4 mil hectares nos Municípios de Itaguajé, Santa Inês, Santo Inácio, Lupionópolis, Centenário do Sul e Porecatu.

Nada definido ainda, com Ilha Grande, no Rio Paraná, que a ELETROSUL está construindo e mais alguns milhares de hectares ficarão embaixo da água.

O Quadro do Paraná é este, com relação aos alagamentos:  
ÁREA DE RESERVATÓRIOS NO ESTADO DO PARANÁ

1. BACIA DO RIO IGUAÇU	EXISTENTES (em Km 2)	EM CONSTR. ATÉ 1995 (Km2)
a. Foz do Areia	142,2	
b. Segredo		62,5
c. Salto Santiago	230,0	
d. Salto Osório	62,9	
e. Chopim	0,5	
f. Caxias		124,0
g. Capanema		84,0
2. BACIA DO RIO IVAÍ		
a. Mourão I	11,3	
3. BACIA/PARANAPANEMA		
a. Xavantes	242,0	
b. Ourinhos	4,0	
c. Salto Grande	8,4	
d. Capivara	400,7	
e. Taquaruçu		40,9
f. Rosana		130,8
g. Apucarantina I	2,0	
h. Canoas		80,0
4. BACIA DO RIO PARANÁ		
a. Ilha Grande		1.142,00
b. Itaipu	835,0	
5. BACIA LITORÂNEA		
a. Capivari	13,4	
b. Guaricana	0,9	
c. Ilgível (Vossoroca)	5,1	
d. Ilgível (Vossoroca)	0,1	
SUBTOTAL 1.958,5 km2		TOTAL 1.684,2 km2
TOTAL GERAL - 3.642,7 Km2		

Todavia, enquanto ao Paraná, nada se atende, os outros Estados estão tendo suas reivindicações atendidas, como é o recente caso do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que por decisão do Senhor Ministro das Minas e Energia, foram paralizadas as obras de 25 Usinas no Rio Uruguai.

Convém lembrar que hoje o Paraná tem

uma herança maldita de problemas sociais causados por estas obras e milhares dos sem-terras que formam os acampamentos do Paraná, saíram exatamente dos desapropriados pelo autoritarismo como se construíram as Usinas e confiscaram a terra e não a indenizaram aos particulares, muito menos ao Estado do Paraná.

Louvável foi o trabalho de muitos ilustres paranaenses que sem responsabilidade pública de governantes, assim mesmo se empenharam para amenizar os prejuízos do Paraná.

Dentre estes, destaque-se o belo trabalho do Senhor Francisco da Cunha Pereira, ao defender o pagamento de "royalties" como indenização pela perda do nosso território.

Assim, se apenas 30 agricultores gaúchos, ao irem a Brasília, conseguiram paralisar 25 Usinas, nós poderíamos mobilizar os milhares que já perderam suas terras e os outros milhares que estão ameaçados, como força de pressão, se não formos atendidos imediatamente, neste caso da Usina de Rosana.

Peço, pois, apoio da Casa para aprovar um requerimento ao Ministério das Minas e Energia, para que tome as medidas cabíveis e cobre da CESP que é sua concessionária, a obrigação de assegurar o direito das pessoas, dos municípios e do Estado do Paraná, sob pena de não o fazendo, termos a necessidade de apelar para a mobilização popular, inclusive transferindo as margens dos futuros reservatórios os mais de 375 mil sem-terras e conseqüentemente impedindo os futuros alagamentos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sugerindo que na mensagem a ser enviada para apreciação nesta Casa de Leis, seja inserido no destaque o seguinte: A CRIAÇÃO DE DISTRITO ADMINISTRATIVO POR LEI ESTADUAL IMPLICARÁ AUTOMATICAMENTE NA CRIAÇÃO DO DISTRITO JUDICIÁRIO.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Creemos que, uma vez criado o Distrito Administrativo por lei, a conseqüente criação de um Distrito Judiciário iria facilitar a tramitação mais acelerada dos processos atinentes ao próprio Distrito Administrativo criado.

Seria extremamente desejável esta expansão do Judiciário, dadas as facilidades trazidas e não haveria o inconveniente de se fazer modificações no Código de Organização Judiciária do Estado, uma vez aceita a automaticidade do ato de criação.

Desta forma, esperamos o acatamento a esta medida de pragmatidade aplicada à administração pública.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Caixa Econômica Federal, Aécio Cunha, sugerindo a autorização de instalação de agências lotéricas em todos os municípios brasileiros, independente de seus quadros populacionais.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) NILSO SQUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

Além da necessidade de implantação e execução de uma reforma tributária, notadamente os pequenos municípios ressentem-se de critérios discricionários que os colocam à mercê, política e economicamente, daqueles que detêm maiores condições para desenvolvimento.

No Brasil, o autoritarismo, a corrupção e a tecnocracia, ocuparam-se de aprofundar as diferenças econômicas entre as camadas sociais, enriquecendo em demasia a uma minoria e empobrecendo inexplicavelmente a grande maioria. No contexto administrativo, os efeitos foram os mesmos. Agora cabe ao Governo da Nova República, extirpar esses ranços e entulhos, objetivando a equiparação de condições de sobrevivência tanto da população brasileira, quanto das unidades federativas onde vive.

Por isso, nossa preocupação em fornecer sugestão no sentido da permissão de credenciamento de agências lotéricas em todos os municípios da União, como um dos passos para a correção de tais distorções.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado o seguinte Pedido de Informações a Superintendente da FUNDEPAR, Ana Maria Muratori:

Qual a quantia em cruzeiros que a FUNDEPAR já gastou neste ano em materiais esportivos, exclusivamente na compra de bolas, camisetas e uniformes esportivos?

Quais as escolas ou entidades que receberam esse material através da FUNDEPAR?

Já existe uma programação das escolas e entidades, que receberão tais materiais nos próximos 60 dias? Em caso afirmativo, enviar uma relação para a Assembleia Legislativa.

Quais as empresas fornecedores desses materiais e os respectivos valores?

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1985.

(a) ANTONIO BELINATI

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 208/85

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 1.º da Lei n. 5407, de 07 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica criado o Município de Céu Azul, com território desmembrado do Município de Matelândia, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— começa na foz do rio Barra Funda, no Rio São Fran-

cisco Falso Braço Norte, por este acima até sua cabeceira; daí por uma linha seca e reta até a foz do Rio Boi Preto, no rio Gonçalves Dias; por este abaixo até o Rio Iguaçu; por este abaixo até a foz do Rio Floriano; por este acima até a foz de um afluente da margem direita, imediatamente ao norte da localidade de Floriano; segue por este até sua nascente e daí em linha reta à cabeceira de uma sanga não nominada que divide as propriedades dos Senhores José Zata e Irmãos Valenti, desce por esta Sanga até o rio Silva Jardim; por este acima até sua cabeceira mais alta; deste ponto por uma linha seca até a cabeceira do Rio Xaxim; por este abaixo até o rio São Francisco Falso Braço Sul; daí por uma linha seca até o rio Barra Funda; pelo rio Barra Funda abaixo, até sua foz no rio São Francisco Falso Braço Norte, ponto de partida.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.85.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei estamos estabelecendo o traçado original dos limites do município de Cêu Azul, que, quando da sua criação, por um lapso na feitura do projeto de lei, não se obedeceu os limites originais do Distrito Administrativos.

Com esse lapso, por 20 anos uma faixa de terras ficou desmembrada sem que passasse a sua jurisdição para qualquer dos municípios limítrofes a Cêu Azul. Essa "área solta" pacificamente sempre foi tida como pertencente ao município de Cêu Azul, pois desde a criação do Distrito, a ele pertencia, sendo esta divisa respeitada desde 1951. É uma área que pertence ao Parque Nacional do Iguaçu, e que pelas próprias linhas geodésicas, do mapa anexo, devem pertencer a Cêu Azul.

A proposição em tela tem por finalidade corrigir um erro na feitura da Lei 5.407, e tem a aquiescência de todos os Prefeitos daquela região limítrofe.

É o projeto que apresentamos à consideração dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de leis, e que temos a certeza merecerá o total apoio.

PROJETO DE LEI N. 209/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Ficam as Associações de Pais e Mestres regularmente estabelecidas no Estado, isentas do recolhimento da Taxa de Segurança Pública incidente sobre quaisquer atividades por elas promovidas.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.85

(a) FRANCISCO ESCORSIN

#### JUSTIFICATIVA:

As Associações de Pais e Mestres localizadas no interior do Estado têm como principal fonte de recursos as promoções de bailes públicos destinados a angariar fundos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, sempre em favor da escola e dos alunos a que estão vinculados.

Ocorre que atualmente a realização desses bailes está condicionada a recolhimento da Taxa de Segurança Pública, a qual, além de ser em muitos casos difícil de recolher face às longas distâncias de agências bancárias, ocasiona uma despesa maior. A aprovação do anteprojeto visa beneficiar essas APMS.

PROJETO DE LEI N. 210/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS RADIOAMADORES DO PARANÁ, - ARPA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.85

(a) IVAN GUBERT

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Radioamadores do Paraná, fundada em 03 de abril de 1981, é uma entidade despida de finalidades lucrativas, que inúmeros serviços vem prestando à coletividade paranaense. Esses serviços traduzem-se mormente no apoio denodado que empresta às populações flageladas, através das comunicações, nos casos de calamidade pública, como ocorreu quando das últimas enchentes que assolaram diversos bairros de Curitiba e várias cidades situadas às margens do Iguaçu.

Em casos de acidentes aviatórios, na tentativa de localização de aparelhos sinistrados, se faz presente a ARPA, através de seus radioamadores associados, operando juntamente com as equipes de busca e salvamento, transmitindo, por vezes, ao próprio comando de tais operações, as informações necessárias ao sobre-aviso e medidas necessárias.

Pelo que aqui foi exposto, além de inúmeros outros serviços que a Associação e Radioamadores do Paraná, conclamo o apoioamento dos nobres pares ao presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Está finda a leitura do expediente. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.  
Quero incorporar-me a um movimento que

está sendo realizado por pais de alunos do Colégio Militar de Curitiba, contra a notícia veiculada pela imprensa nacional, de que diversos estabelecimentos de ensino desse gênero em algumas capitais brasileiras seriam desativados e teriam suas atividades encerradas.

Incorporo-me a esta campanha, porque é lamentável essa decisão do Ministério do Exército e não sabemos atinar a razão que levou o Senhor Ministro do Exército a deferir uma exposição de motivos que certamente lhe foi enderçada, no sentido de que alguns Colégios Militares, de Capitais brasileiras, fossem desativados e entre essas Capitais, Curitiba. Toda a população paranaense sabe dos inestimáveis serviços que este Colégio de Curitiba presta à sociedade.

É um Colégio de alto nível intelectual e tecnológico que, realmente, tem colaborado intensamente na educação de nossa juventude. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero não só me incorporar a este movimento de pais de alunos, mas como também encaminhar, depois de ouvido o Plenário, um apelo aos Senhores Ministros do Exército e Comandante da 5.<sup>a</sup> Região Militar do Estado, consubstanciado num apelo, no sentido de que o Colégio Militar de Curitiba, não venha a ser fechado, conforme notícias veiculadas através da imprensa.

Tal apelo se faz, tendo em vista os inúmeros benefícios que este estabelecimento de ensino vem trazendo à população, não só militar como civil do nosso Estado e um País tão carente de escolas, seria grande a perda para nossa juventude, que esse exemplar estabelecimento venha a encerrar as suas atividades educacionais.

Era esse, Senhor Presidente, o teor do requerimento que eu encaminho à Mesa e que certamente a Casa dará todo o apoio.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acredito que toda a defesa de um Deputado, em favor de um pequeno município, é uma causa salutar e muito justa.

Nesta oportunidade, quero defender o município e Antonina, que receberá um golpe de misericórdia se a Portaria 128 do CNP for aprovada.

Pediria a participação do eminente Deputado Artagão Mattos Leão, que é o representante legítimo daquele Município, Deputado que tem força junto ao Governo do Estado e que pode patrocinar esta causa, evitando que Antonina sofra o golpe de morte.

Estamos querendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados que o nosso requerimento seja aprovado e, através dele solicitamos o envio de expediente ao Senhor Ministro das Minas e Energia, para que revogue a Portaria do Conselho Nacional do Petróleo, que exclui o Paraná como produtor de carvão energético.

Mais uma vez, afirmamos, atenta-se contra a economia de Antonina, e, conseqüentemente, com conseqüências danosas para sua população. A exclusão do Paraná da condição de produtor de carvão energético, conforme Portaria 128 do CNP, praticamente desativará o Porto de Antonina, em virtude do reajuste do preço do carvão para os Estados não produtores.

Pela Portaria do CNP, além do Paraná, que seria excluído da condição de produtor, o reajuste do preço do produto foi de 164%. Esta Portaria gerou praticamente a paralisação da comercialização do carvão energético pelo escritório regional de Antonina da CAEB, pelas seguintes razões.

A configuração dos preços do Paraná, com uma diferença de preço de cento e trinta e quatro mil cruzeiros por tonelada, se acrescido mais o frete de Antonina, as indústrias consumidoras de carvão mineral, mais especificamente a Companhia de Cimento Portland, Rio Brando, Rio Branco do Sul, nos dá uma diferença de aproximadamente cento e sessenta mil cruzeiros por tonelada.

Os grandes consumidores do carvão energético do Paraná, estão muito próximos do Estado produtor que é Santa Catarina. Assim, com a Portaria do CNP, o carvão vindo diretamente do Estado vizinho, sairá mais barato do que por Antonina, portanto por uma questão de justiça, o Ministro das Minas e Energia, e conseqüentemente o CNP, deveria fazer com que o Paraná retorne à condição de produtor de carvão mineral que de fato o é, embora em escala reduzida.

Tal determinação, se não for revogada será o último golpe contra o Porto de Antonina, que hoje vive, precariamente, em função do carvão, que ali é descarregado.

Os apelos feitos por este Deputado e pelas lideranças de Antonina, para que o seu Porto seja um terminal alternativo do Porto de Paranaguá, melhorando as condições de vida da comunidade capelista, ainda não encontraram ressonância na esfera federal, ao contrário, o que se vê é mais um atentado a Antonina que muita contribuição já deu ao Paraná e que hoje vive perspectivas sombrias do seu futuro.

É necessário que a Assembléia Legislativa encampe a luta do povo e das autoridades de Antonina, pois não é admissível que se repitam medidas como a do CNP, que vem em detrimento das esperanças daquele Município.

Este requerimento, se aprovado, eu acho fundamental a participação, repito,



do Deputado Mattos Leão, porque se somar-se a essa nossa pretensão, o trabalho do Governador José Richa, dos Deputados que compõem esta Casa, eu tenho a impressão que o Ministro Aureliano deverá entender que a nossa pretensão é justa e sugira ao CNP que revogue esta portaria.

Antonina é um município pequeno, sabe o Deputado Artagão, sabem os Senhores Deputados, vive exclusivamente, hoje, do carvão que é descarregado no seu Porto-São centenas de trabalhadores que sobrevivem graças a esse expediente. Com essa Portaria, Antonina vai fechar e, antes que ela feche, vamos evitar. Tenho certeza que o meu apelo ao Senhor Presidente, ao Deputado Anibal Khury, encontrarão ressonância nesta Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Anibal Khury).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste dia, ocupamos a tribuna, autorizados por nossos companheiros da área de fronteira, municípios de Capanema, Planalto, Pérola d'Oeste, Santo Antônio, Barracão, Pranchita, para transmitirmos o nosso agradecimento ao Governador José Richa que, sexta-feira próxima passada, esteve na cidade de Capanema e, naquela oportunidade, além da liberação de recursos na área da educação e em outros setores do Governo, cumpriu com uma das maiores aspirações do povo de fronteiras Oeste e Sudoeste do Paraná.

Lembro bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que talvez o marco inicial de nossa luta, na região de fronteira, há quase 20 anos atrás, foi um movimento desses municípios, pelo que então se denominava a "Estrada do Colono", ligando Rio Grande do Sul ao Mato Grosso.

O tempo passou, os Estados foram ligando partes do que seria a Estrada do Colono, e tivemos no Paraná esse espaço entre a cidade de Barracão até a cidade de Medianeira, sem que houvesse o revestimento asfáltico.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já está em plena execução no Governo José Richa, o trecho de asfalto que liga o Município de Barracão a Sto. Antonio do Sudoeste. Da mesma forma, a Secretaria dos Transportes autorizou o levantamento do projeto para ligação de asfalto entre o Município de Pranchita até o Município de Pérola do Oeste. E agora, na sexta-feira passada, sob o aplauso de pé, de mais de

mil pessoas, que lotaram as dependências do Clube Recreativo Comercial de Capanema, o Governador José Richa realizou um dos sonhos maiores do povo fronterista, que é a autorização para o início da obra, ligando Capanema a Medianeira.

Quero, nesta oportunidade, reconhecer a importância dessa via asfáltica para a sobrevivência da fronteira. Quero, neste momento, em nome de todos aqueles que representamos nesta área, transmitir, de viva voz, o nosso mais profundo agradecimento pela conquista desta tão antiga aspiração, porque temos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a certeza de que só haverá desenvolvimento na fronteira se houver uma estrada que por ela passe, permitindo que ela tenha ponto de passagem, e não seja um final de estrada, como até hoje sempre ocorreu.

Tenho certeza absoluta das lutas que foram travadas para se conseguir esse objetivo, das dificuldades a serem removidas para se ter essa conquista, mas da firmeza com que o Governador José Richa e o Secretário de Transportes Deni Schwartz levaram o empenho desta luta, que culminou com a possibilidade de havermos testemunhado em nome dos companheiros de Fronteira, a assinatura do Ato Governamental, autorizando a imediata construção desta rodovia.

Todos nós que lá moramos, na Fronteira Oeste e Sudeste do Paraná, sabemos da importância desta estrada. Todos nós sabemos que a fronteira, a partir desta estrada, terá um desenvolvimento imediato. Todos nós sabemos que a partir de agora estaremos integrados, Oeste, Sudoeste, via fronteira, possibilitando a essas regiões, pelo intercâmbio possível, desenvolverem-se com maior rapidez.

É digno de registro, nesta Casa, essa conquista desta região, essa conquista da Secretaria dos Transportes, e essa conquista do Governador José Richa, que nos libera de um compromisso a mais de campanha, e nos faz ficarmos felizes por percebermos que a fronteira Oeste e Sudoeste, na verdade foi atendida numa das suas maiores reivindicações, e isso por certo reverterá no progresso dessas localidades. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilso Sguarezi, inscrito. Declina.

Concedo a palavra ao nobre Deputado e ígneo Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, encantado pela honra de me conceder a palavra, dentro da humildade peculiar dos homens do interior, agradeço a essa douta Casa, agradeço ao meu povo, que eu adoro e estimo, mas estou entristecido porque as



notícias dizem que o Partido transparente está a querer, como diz o Português, de trocar de candidato. Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, neste momento em que decolam as aeronaves da campanha municipal para a Prefeitura de Curitiba, é impossível voltar atrás. Já dizia Moysés Lupon: um dia a araruta tem sua vez de mingau.

E o governo transparente dos ilustres companheiros e amigos do PMDB que estão a ver a derrocada do nosso companheiro que merece a nossa atenção, o nosso respeito, mas o povo de Curitiba sabe que "errar é humano, e persistir no erro é burrice".

Este povo politizado já eu 60% da eleição de 15 de novembro, para Jaime Lerner, para a vitória do líder paranaense Ney Braga, para a satisfação do povo. O nosso povo está, hoje, Senhor Presidente, inteiramente politizado.

Ontem, o jornal, um dos jornais do Governo José Richa, diz que o Deputado candidato do PMDB a Prefeito esteve na Assembleia de visita, onde, à tarde, saiu bastante irritado e descontente com seus companheiros, à falta de apoio de alguns colegas de sua Bancada. Quero fazer um apelo a vocês, meus companheiros do PMDB. O navio está afundando, mas fiquem como nós, que pegamos a eleição na raça. A eleição de Jaime Lerner é um fato concreto, e a redenção do povo, ao reconhecer a liderança de Ney Braga, é um fato palpável e concreto. Somos PFL e PDT, como um bloco monolítico, que haveremos de convidá-lo para a posse do futuro Prefeito de Curitiba, e quiçá, futuro Governador do Estado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras. (Lê):

"No olhar curioso do aprendizado, o potencial da semente; na habilidade do mestre que ensina, a esperança do sementeiro."

Edival Perrin

Não há dúvida que, muito mais do que um país de contrastes, somos uma Nação de heróis; porque o País tem esse aspecto discrepante, fazemos parte dessa espécie de pessoas que, não obstante as adversidades, seguem adiante, firmes, de olhos fixos num ideal, sucumbindo ou atingindo a vitória.

Assim sempre foi feita a História deste País; de milhares de heróis do dia-a-dia, que desprezam aparentemente as lições injustas e arbitrárias do dia ante-

rior, para enfrentarem com maior vigor os embates do presente e do futuro, acreditando num futuro melhor para os seus filhos.

História com a qual se confunde a saga persistente e idealista do nosso partido, MDB e depois PMDB, sempre a par dos maiores anseios e reivindicações da sociedade brasileira; nas fábricas, nos sindicatos, nas cooperativas rurais, ou até simplesmente nas escolas, sempre presente e envolvido numa guerra silenciosa com as questões que massacram qualquer uma destas classes. E nesse particular, e principalmente pelo dia de amanhã, o dia D da Educação, devemos render antes de mais nossas homenagens aos milhares de heróis desconhecidos que durante anos tiveram a coragem de contestar o pseudo-ensino recebido de uma estrutura de poder viciada, desinteressada da verdadeira formação crítica.

O Dia D da Educação, em termos práticos, vai ser o dia da redenção do setor educacional, o primeiro passo para um reencontro definitivo das preocupações de toda a sociedade brasileira com sua própria formação. Efetivamente, durante longos anos, o nosso sistema educacional foi deixado à margem do desenvolvimento, numa atitude consciente, cuja única finalidade era a de alijar a juventude da discussão de uma monarquia militar.

Os problemas da educação no Brasil têm seu início no ensino básico. Atualmente, segundo o próprio Ministro da Educação, ainda temos no Brasil mais de 8 milhões de crianças fora da escola. Os níveis extremamente altos de repetência e deserção logo nos primeiros anos da vida escolar, demonstram dolorosamente as barreiras intransponíveis da ignorância, da pobreza e da sub-alimentação. A eliminação destas barreiras o PMDB já propôs há alguns anos atrás, através do ensino público e gratuito para toda a população escolar. Além disto, a merenda escolar distribuída em todas as unidades escolares viria a contribuir significativamente para a erradicação definitiva do problema, fornecendo às crianças, na grande maioria carentes, uma alimentação complementar mais rica em proteínas indispensáveis ao seu desenvolvimento físico e mental. No Paraná, o Programa Estadual de Alimentação Escolar, da SEED e da FUNDEPAR, atende hoje 13 mil escolas estaduais e municipais de 1.º grau, totalizando um milhão e 600 mil alunos atendidos. Segundo a Secretária, Professora Gilda Poli, "democratizar o ensino é ampliar as chances do aluno fazer o primeiro grau completo, ou seja, para que curse os 8 primeiros anos necessários.

Na educação ministrada nas áreas rurais, vamos encontrar apenas um ensino

urbano transplantado alheio às necessidades de uma comunidade totalmente diversificada. Além disto, o número de escolas de 2.º Grau existente na Zona Rural é extremamente deficiente, o que, na maioria das vezes ocasiona a interrupção do estudo das crianças que concluíram o 1.º grau. O problema do deslocamento diário destas crianças até aos centros urbanos para o prosseguimento dos estudos, só será vencido a partir da implantação de um Programa Estadual de Transporte Escolar, articulado em conjunto por Governo do Estado e Prefeituras Municipais.

Este é, sem dúvida, um dos grandes desafios a serem vencidos: a escolarização acessível a todas as crianças em idade escolar. E nesse sentido o Governo da Nova República deu dois grandes e decisivos passos: primeiro a regulamentação da Emenda Constitucional n. 24, a consagrada Emenda Calmon, que já a partir do início de 1986 destinará 13% dos recursos oriundos das receitas tributárias da União para a Educação. Deste modo, será multiplicado por quatro o orçamento daquele Ministério, viabilizando-se o crescimento do ensino no Brasil. Sepultaremos definitivamente o ostracismo a que foi relegado o setor educacional; um exemplo é a paradoxal Lei n. 5.692, de 1971, que estabelecia o ensino de 2.º grau profissionalizante, mas que não destinava às escolas o material e o pessoal habilitado para tanto, passará a ser uma lembrança de um passado mesquinho; os novos recursos propiciados pela regulamentação da Emenda Calmon irão equacionar os problemas materiais e de pessoal, dando funcionalidade ao ensino profissionalizante.

O segundo passo dado pelo Ministério da Educação foi a criação do Programa Nacional do Livro Didático, que já era uma realidade no Paraná, e o qual, em que pesem as distorções e os interesses de determinadas editoras, é incontestavelmente um programa de extenso alcance social. O livro didático, base do aprendizado, no decorrer dos anos vinha se convertendo em material de luxo dado o seu alto preço e constante substituição. Também neste caso se pretende, além da conseqüente escolarização acessível às crianças mais carentes, favorecer-se a escolha democrática desses livros pelos professores.

E por falar em Educação e Democracia: não poderia aqui deixar de me referir ao novo exemplo democrático a ser dado pelo Paraná. Dia 20 de novembro próximo realizar-se-ão em todo o Estado as eleições diretas para diretores das escolas públicas, ocasião em que professores, alunos, pais de alunos e funcionários das escolas elegerão pela via direta os novos dirigentes das unidades escolares.

O aprendizado para a democracia começa nas escolas; e as grandes metas educacionais, como a restauração do prestígio da escola pública, a oferta de melhores condições de ensino e a redefinição da função social da escola, começam através da eleição de representantes escolares verdadeiramente engajados com as mais íntimas aspirações de cada unidade escolar. O primeiro exemplo foi dado a 17 de junho de 1983, quando quase um milhão e duzentas mil pessoas foram às urnas para as eleições de diretores; naquela ocasião as eleições foram fundamentadas numa lista tríplice. Porém, desta vez, a eleição será direta, ampliando-se o número de eleitores, consolidando-se o processo democrático, e eliminando-se a interferência política nas escolas.

A participação dos estudantes através dos seus órgãos de representação, como os Grêmios e Centros Acadêmicos, nas escolas ou universidades, ou por meio das entidades estaduais, como a UPE (União Paranaense dos Estudantes Universitários) e UPES (União Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º Graus), é de vital importância para a implementação das mudanças propostas, democratizando as decisões educacionais. O próprio fato de terem sido marginalizados durante anos, dá-lhes a condição de participantes efetivos das novas discussões ligadas ao setor.

Também os professores, através de suas associações, devem participar ativamente da melhoria da qualidade do ensino ministrado. É notório que tal objetivo só será atingido a partir do momento em que todo o pessoal docente passe a perceber remuneração condizente com suas atividades. Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação desta Casa, tenho depurado com reivindicações justas face à perda gradual e constante do poder aquisitivo da classe do professorado. É evidente que é um problema conjuntural, não podendo ser medido só em termos de Paraná; o País atravessa séria crise econômica e institucional e os reflexos fazem-se sentir por mais que os tentemos atenuar. Várias reivindicações foram atendidas nos últimos dias, e o Governo do Estado de dois anos para cá, tem propiciado à classe docente estadual, grandes conquistas.

O ensino de terceiro grau é um outro ponto a ser exaustivamente revisto. Também aqui o problema dos recursos financeiros vem campeando há longos anos, sendo o ensino ministrado a duras penas. Consumindo a quase totalidade dos poucos recursos orçamentários na manutenção e ampliação dos "campus", as Universidades brasileiras hoje padecem de falta de equipamentos e de recursos para o pagamento adequado dos seus professores. Como explica Edgar Ai-

buquerque Graeff, arquiteto, fundador da Universidade de Brasília, atualmente assessor da Secretaria de Ensino Superior do MEC: "a infra-estrutura material e a burocracia adquiriram maior importância que o ensino, o estudo, a aprendizagem a pesquisa e a extensão. Além disto - prossegue - nos anos de arbítrio e autoritarismo os dirigentes, principalmente nas Universidades autárquicas foram reduzidos a uma espécie de feitores na chefia de comunidades acadêmicas desintegradas pela repressão".

A idéia das eleições diretas para reitor já foi lançada; uma comissão de alto nível, que estuda a reforma do ensino superior, tem em mãos essa proposta, dependendo exclusivamente da comunidade escolar, da sociedade em geral, e da sensibilidade das autoridades do ensino para que venha a se tornar uma realidade.

A proliferação de universidades particulares nos últimos tempos, instituições apenas preocupadas com o valor de suas mensalidades e alheias ao valor e qualidade do ensino, fazia parte do plano de pôr um fim às comunidades acadêmicas que ainda resistiam. O Programa do PMDB, em sua edição de maio de 1983, colocava-se terminantemente contra esta medida puramente lucrativa, propugnando por meios para que a "universidade possa efetivamente realizar sua função moderna de criadora de tecnologia e de análise crítica da sociedade".

O Brasil precisa de indústrias fortes e independentes; de maior contingente técnico-operacional para mover essas indústrias. O País precisa, antes, porém, de uma universidade que tenha essa capacidade de criar, de formar, esse elemento humano. Sem isto, ficaremos eternamente à mercê de interesses internacionais, estranhos ao nosso desenvolvimento.

Amanhã é o Dia "D" da Educação, o Dia Nacional do Debate Sobre o Ensino no Brasil. A importância de que toda a sociedade participe, através da reflexão e da discussão é essencial. Pela primeira vez em tantos anos estão nos conclamando à participação, à sugestão de novas estratégias que mudem a face educacional imprimida à nossa revelia.

Vamos reivindicar pela democratização da escolarização; pela melhoria da qualidade do ensino; pela melhoria das condições de trabalho e de remuneração do pessoal docente; pelo aumento do número de escolas; pela reformulação dos "currículos" escolares; por um ensino público e gratuito em todos os níveis."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por muito tempo a sociedade brasileira vai enfrentar os problemas maléficos que o germe do autoritarismo contaminou a Nação; decisões autoritárias do passado continuam a gerar seus efeitos nocivos nas vidas das pessoas e até dos próprios Estados e municípios.

O Estado do Paraná, sem qualquer dúvida, foi o mais atingido, eis que, boa parte do nosso território foi confiscada, para que o regime autoritário traçasse os seus deleites e suas megalomânicas obras, nas grandes usinas hidrelétricas. O Paraná e seu povo não podem mais aceitar estas coisas que, infelizmente, marcaram os governos anteriores. Neste mesmo passado, os vassalos do autoritarismo não tiveram a coragem de defender os interesses paranaenses, e apenas o povo mobilizou-se para obter uma justa indenização de suas terras; assim foi em Itaipu e nas Usinas de Salto Osório e Santiago, no Rio Iguaçu.

Agora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, teremos mais um pedaço de terras, alagadas pela Usina Hidrelétrica de Rosana, no Noroeste do Estado, que está sendo construída pela CESP - Centrais Elétricas de São Paulo. Serão 13.068 hectares de terras, dos quais, mais de 1.800 hectares, de matas nativas, que vamos perder, além de 5 portos fluviais, das balsas, que fazem a travessia do Rio Paranapanema, nos Municípios de Diamante do Norte, Terra Rica, Paranaíba, Santo Antônio do Caiuá, Inajá, Paranaíba e Jardim Olinda.

Serão atingidas 280 propriedades e 7 indústrias oleiras, além de perdermos toda a rede viária da região e a necessidade de re colocação da rede elétrica.

O incrível disto tudo, Senhor presidente, é que, o enchimento do reservatório desta Usina de Rosana está previsto para outubro de 1986, e até o momento não existem nem mesmo o decreto desapropriatório da área a ser inundada, muito menos quaisquer providências por parte da CESP, para evitar os costumeiros problemas sociais.

Interpretando a angústia dos proprietários e moradores daquela área, o Diretor Municipal do PMDB de Terra Rica em expediente do último dia 30 de agosto, endereçado a várias autoridades do país, reivindicava:

1. - Preços justos de maneira que os atuais pequenos e médios proprietários possam se acomodar no próprio município,

ou região;

2. - Assentamento em nosso Estado e na região, por parte da CESP, dos arrendatários e trabalhadores rurais hoje residindo nas propriedades prejudicadas;

3. - Manter a estrutura viária do município, de forma a não interromper as vias de transporte, após a formação do lago;

4. - Manter uma estrutura jurídica e de informação aos municípios, para que possa tranquilizar a população e também exigir, da CESP, obras necessárias, procurando, assim, minimizar as perdas irreparáveis.

Na verdade, o Governo do Estado formou uma Comissão Especial entre o DER, COPEL e o ITC, para tratar deste assunto, junto à CESP. Mas, pelo que se sabe, nenhum avanço se tem conseguido a fim de que os interesses paranaenses sejam indenizados pela CESP, que além do Rosana, ainda no Parana-pinema, está construindo também a Usina de Taquaruçu que vai inundar mais quatro mil hectares nos municípios de Itaguaçu, Santa Inês, Santo Inácio, Lupionópolis, Centenário do Sul e Porecatu.

Nada definido ainda com Ilha Grande, no Rio Paraná, que a ELETROSUL, está construindo e mais de um milhão e seiscientos mil hectares de terra ficarão embaixo d'água. Senhor Presidente e Senhores Deputados, o quadro atual do Paraná, já inundado, corresponde a um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil hectares e a ser inundado, um milhão, seiscientos e oitenta e quatro mil km<sup>2</sup>, num total de três milhões, seiscientos e quarenta e dois mil km<sup>2</sup>. Ou seja, uma parte considerável do território paranaense.

Todavia, enquanto ao Paraná nada se atende, os outros Estados, estão tendo as suas reivindicações atendidas. Como é o recente caso do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que por decisão do Ministro das Minas e Energia, foram paralisadas as vinte e cinco usinas do Rio Uruguai, porque, pura e simplesmente, um Senador do Rio Grande do Sul levou trinta agricultores a Brasília, perante o ministro Aureliano Chaves, e este determinou que fossem paralisadas vinte e cinco usinas que estão sendo construídas no Rio Uruguai. E o Paraná, Senhor Presidente que já perdeu parte considerável, indiscutivelmente, a mais fértil do seu território, assiste, apavorado, agora a perda de mais treze mil hectares e pasmem os Senhores, inundação prevista para este mês de outubro, próximo mês, e nem ao menos, a CESP, que é concessionária da ELETROSUL, tem em mãos o decreto desapropriatório, para possibilitar então dela entrar em juízo e começar as indenizações aos nossos proprietários.

Convém lembrar que hoje, o Paraná, tem

uma herança maldita dos problemas sociais causados por essas obras e, milhares dos sem-terra, que formam os acampamentos do Paraná, saíram exatamente dos desapropriados pelo autoritarismo, como se construíram as usinas e confiscaram a terra e não indenizaram aos particulares, muito menos ao Estado e quem dirá aos municípios.

louvável foi o trabalho de muitos paranaenses, ilustres, que sem responsabilidade pública de governantes, assim mesmo, empenharam para amenizar os prejuízos do Paraná.

Assim, Senhor Presidente, se apenas trinta agricultores gaúchos ao irem a Brasília, conseguiram paralisar vinte e cinco usinas, nós poderíamos, mobilizar, os trezentos e setenta e cinco mil sem-terra, que já perderam suas terras e outros milhares que estão ameaçados, como força de pressão, se não formos atendidos imediatamente, neste caso da Usina Rosana, poderíamos desenvolver como força de pressão, um acomodamento dessas pessoas à margem desses rios, onde futuramente, serão alagados.

Peço pois, apoio da Casa, para aprovar um requerimento ao Ministro das Minas e Energia, para que tome as medidas cabíveis e cobre da CESP, que é a sua concessionária, a obrigação de assegurar o direito das pessoas, o direito dos municípios e, principalmente, o direito do Estado do Paraná, sob pena de não o fazendo, termos a necessidade de apelar para a mobilização popular. Inclusive transferindo, às margens dos futuros reservatórios, todas as pessoas dispostas a acamparem, para obterem a terra que hoje constitui o movimento social dos sem-terra. E como força de pressão, inclusive, Senhor Presidente e Senhores Deputados, da força da mobilização popular, para que o Paraná tenha reconhecido o seu direito líquido e certo. Porque, quando as usinas eram construídas pela ELETROSUL, quando foram construídas pela ELETROBRÁS, como é o caso da Itaipu, ainda havia um interesse nacional que pesava sobre o Estado do Paraná como membro da Federação. Mas, neste caso, Senhor Presidente há um interesse paulista exclusivamente porque estas usinas da CESP geram energia para o Estado de São Paulo exclusivamente, e o Paraná que perde e perderá mais de 18 mil hectares nestas duas usinas, perdendo 1.800 hectares no Noroeste do Estado onde não existe mais reserva natural.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, temos que ter no mínimo um tratamento igualitário ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina que, com apenas 30 agricultores se deslocando a Brasília, obtêm a determinação do Ministério das Minas e Energia para que, não uma usina, mas 25

usinas sejam paralisadas. Portanto, estamos apresentando um requerimento ao Ministro das Minas e Energia para que determine, como poder concedente, a CESP - Companhia Energética de São Paulo - que cumpra imediatamente suas obrigações de indenizar não só as pessoas proprietárias dos reservatórios das usinas de Rosana e Taquaruçu, mas indenize os municípios pela perda de suas áreas, e principalmente ao Estado do Paraná.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi, levanta Vossa Excelência um assunto de real importância ao Estado do Paraná. Nós queremos aqui, colaborando com Vossa Excelência, dizer-lhe que a usina de Rosana e de Taquaruçu, nobre Deputado, fazem parte das 20 usinas construídas ou em construção em solo paranaense com data prevista de 1985.

É impossível ao Estado do Paraná permanecer desta forma, permitindo ou que a ELETROSUL, ou que a CESP venham a inundar o solo paranaense, hoje, altamente comprometido, com terras férteis, com problemas sociais, com falta de área de plantio, com um número infinito de homens sem terra, e venhamos a ter, além de nós podermos reasentar essas pessoas, essa terra inundada e sem a devida indenização ao Estado do Paraná.

Gostaria de lembrar aqui também que já em 1974 o Deputado Maurício Fruet denunciava nesta Casa um fato idêntico com a Usina de Capivara, também construção da CESP, e que também alagou áreas do Estado do Paraná e que também o Estado do Paraná nada recebeu por esta inundação. Agora Rosana, daqui a pouco Taquaruçu, e nós agravamos o nosso problema social e o nosso problema de terra, e o desrespeito da Federação.

Ora, Senhores, o Estado de São Paulo aproveita o Rio que divide os dois Estados, inunda o nosso Estado, a casa do seu vizinho, e nem licença pede para isso e não indeniza em nada aquilo que nós perdemos na geração de energia que nada ficará para nós e sim para o Estado rico de São Paulo.

Sou plenamente solidário com Vossa Excelência em encamparmos essa luta, procurarmos de qualquer forma bloquear, que sejam fechadas as represas da Usina de Rosana enquanto ao menos não se tiver o respeito para aqueles que perderão as suas terras, porque depois Vossa Excelência sabe o que acontece porque já aconteceu em usinas de nossa região: fica a discussão, a indenização a ser dada daqui a quatro ou cinco anos, e o agricultor que perdeu a terra nesse tempo acaba se tornando mais um bóia-fria porque não terá a indeniza-

ção justa e não poderá mais adquirir pedaço de terra algum.

Vossa Excelência levanta um assunto da maior importância, eu espero que ele receba o aval de todos os companheiros desta Casa, e mais do que o aval na aprovação do requerimento: a luta de todos em defesa de um pedaço do território paranaense que será inundado, em defesa dessas famílias que serão sacrificadas para o lucro de um outro Estado que não está dando a menor consideração aos paranaenses que terão as suas terras alagadas.

Meus parabéns.

O SR. NILSO SGUAREZI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e Vossa Excelência tem razão quando afirma de que a indenização feita por via judicial, embora na Justiça se tenha o método para averiguar o real valor das terras, nunca será um valor efetivamente real.

Nobre Deputado, no caso desta Usina de Rosana, ela está sendo construída há mais de cinco anos. Logo a partir do instante em que começaram as obras, a área a ser inundada automaticamente desvalorizou; porque todos os proprietários viram a expectativa de que havia um tempo limitado de utilização desta terra. E muitos especuladores acabaram fazendo transações imobiliárias para depois ir brigar na Justiça, e compraram por ninharias. Estas escrituras acabaram sendo lavradas em cartórios por um preço infinitamente inferior ao preço real do que vale realmente a propriedade.

Ora exatamente o preço inferiorizado, mas que está documentado numa escritura pública, que vai servir como argumento depois, na discussão judicial, de que a usina vai querer pagar um preço mais barato; e vai conseguir provar, com documentos, que o preço-dia era este; muito embora na realidade sabemos que o preço é duas ou três vezes superior, porque a terra já desvalorizou em função do início das obras.

Vossa Excelência tem efetivamente razão. A discussão judicial nunca traz, na realidade, uma indenização do valor real. Além do que estas ações se arrastam por sete, oito, dez, doze anos. Posso dar um testemunho pessoal. Na Usina de Salto Osório, por exemplo, no Rio Iguaçu, antes de nos elegermos Deputado em 1974, já havia lá, a ELETROSUL havia proposto uma ação de indenização para os proprietários. E esta ação ainda está tramitando na Justiça Federal, agora que está no final desta ação. Na verdade a maioria dos proprietários acabou, por decurso de tempo, não tendo condições de manter a luta contra a ELETROSUL e acabaram fazendo acordos à margem da própria ação judicial.

Mas, vejamos os Senhores, de 1975 para

1985 são dez anos de luta, em que é desigual a estrutura, por exemplo, de uma ELETROSUL, com um proprietário. E será uma luta desigual de um pequeno proprietário do noroeste com a possante e gigantesca CESP de São Paulo, que haverá de lutar na Justiça para pagar o preço melhor para ela.

Acho que, na verdade, o que deveremos desenvolver aqui no Paraná é uma luta suprapartidária acima dos interesses partidários, mas em função do interesse específico do Paraná, contra no caso em tela o interesse paulista, porque é ele que vai explorar a Usina; foi ele que construiu a Usina, é ele que vai ter todo o rendimento da geração desta energia e o Paraná, pura e simplesmente, perde território, herda problemas sociais, perde reservas naturais, os municípios perdem uma estrutura viária, que vão ter que construir outra inclusive com pontes, pelo alagamento dos seus rios, mudança da rede elétrica, e uma série de prejuízos irreparáveis. Como é o prejuízo do meio ambiente, principalmente numa região como o Noroeste, que não tem mais flora natural.

Penso que o movimento desencadeado no Noroeste, inclusive amanhã, em Terra Rica, os Prefeitos dos municípios vão fazer uma reunião preliminar, para organizar uma reunião com o apoio então de toda a comunidade, sindicatos, cooperativas, Câmara de Vereadores, da comunidade geral, para se mobilizarem no noroeste do Estado, para não acontecer o que lamentavelmente acabou acontecendo em outras usinas. Criado o fato consumado, não tinha mais a população organicidade, não tinha mais a população condições de se antepor ao autoritarismo como estas usinas acabaram sendo conduzidas.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Deputado Presidente, vejo Vossa Excelência lutar por uma causa nobre. E vamos esperar que nossa bancada vote incondicionalmente com Vossa Excelência. Mas tem apenas um senão. Como dizíamos: "Manda quem pode e obedece quem precisa", Montoro, Governador de São Paulo, amigo do Governador do Paraná, correligionário, não poderia neste instante deixar de atender a reivindicação justa da administração transparente do PMDB. Homem que quer ser Presidente da República, está querendo botar o Paraná como 5.<sup>a</sup> Comarca de São Paulo.

Não havia necessidade, Senhor Presidente, ilustre Presidente que me concedeu um aparte com a lucidez necessária dos homens que lutam pela sua gente.

Bastaria uma autorização do Presidente da República para a ELETROSUL. Bastaria um

telefonema do INCRA, do Senhor Governador José Richa, para que seu admirador, que está sempre em reunião confabulando, para que cessasse tudo.

E achei, neste instante, ilustre Deputado Nilso Sguarezi, que Vossa Excelência tem razão. Agradeço pelo aparte, mas o povo está com Vossa Excelência, e sabe perfeitamente como pode quem está com tudo na mão na Nova República e o povo a clamar por justiça. Onde está a autoridade moral do nosso Governo para reclamar que não se faça injustiça contra o povo humilde que votou no PMDB?

E Vossa Excelência, neste instante, levanta uma bandeira.

Quero render uma homenagem a Vossa Excelência e discordar do sistema de Montoro. O sistema não acovardado do nosso Governador que talvez, não tenha tempo para defender interesses do Paraná. Que não precisaria, Senhores Deputados, este requerimento de Vossa Excelência, que, tenho certeza, vamos aprová-lo.

Bastaria um entendimento direto do Governador paranaense com o Governador Franco Montoro. Porque, nós sabemos perfeitamente que eles estão entrosados.

Vossa Excelência sofre; Vossa Excelência nem se acomodou na situação e está fazendo papel de oposição em benefício de sua terra e de sua gente.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e quero agradecer também a gentileza da Liderança do PDT por ter concedido seu horário.

E quero dizer ao Deputado Gabriel Manoel que fico grato pelo apoio da Bancada da Frente Liberal.

E exatamente o Ministro Aureliano Chaves, que comanda a Aliança Democrática, deverá ter a sensibilidade de atender o nosso Paraná, já que infelizmente o Governo do PMDB em São Paulo não atende. Esperamos que a sensibilidade do seu correligionário Aureliano Chaves venha dar a cobertura ao Paraná que, infelizmente, está necessitando.

O Sr. Fuad Nacli - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi, Vossa Excelência levanta hoje um dos assuntos muito importantes, o mais importante da nossa região do Vale do Paranapanema, que é a inundação da área de Centenário, Porecatu, Santo Inácio e as usinas.

Reportamos-nos, hoje, como se fosse há 4 anos atrás, quando se iniciavam as obras, foi criado uma Comissão de Prefeitos, Vereadores e representantes, para protestar contra a inundação não só daquelas regiões, como também de Porecatu, que



havia um grande problema social.

Vossa Excelência, no momento muito oportuno em que o Governador José Richa no Paraná e o Governo Franco Montoro, poderão dar uma solução antes que estes homens que estão aí cultivando ainda suas terras e que há poucos dias mais poderão estar às margens como bóias-frias.

Seria uma solução que nós todos, independentemente de partido, deveríamos encarar com muito carinho, muito respeito, que essa atitude de Vossa Excelência é uma atitude que enobrece o Paraná e a este Parlamento e a esta Casa de Leis, porque tenho certeza que a reunião em Terra Rica será imbuída por todos os Prefeitos de qualquer legenda, seja de qualquer partido, seja do nosso Partido ou do seu Partido, para os interesses, não só de Porto Rico, como Vossa Excelência conhece, como de todo o Vale do Paranapanema. Acredito que deverá ser levantada essa voz imediatamente e dentro desse pedido que Vossa Excelência fez, encaminhar ao Ministro Aureliano Chaves, para que tome essa medida de imediato, para que não aconteça o que aconteceu com Itaipú, os ilhéus jogados à beira das estradas no Paraná e os homens sem terra, com a promessa que não podemos realizar e não podemos fazer.

E com isso quero cumprimentar Vossa Excelência, pelo pedido que está fazendo a todos os seus colegas desta Casa de Leis e acredito que o Governo José Richa e o Governo Franco Montoro, saberão entender a reivindicação, não só da Assembléia, mas de todos os paranaenses e paulistas.

Era esse o aparte que eu queria dar a Vossa Excelência e cumprimentá-lo por este dia glorioso que ficará marcado para os moradores do Paraná, principalmente para o Vale do Paranapanema.

O SR. NILSO SGUAREZI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e sei na verdade, de que esta causa, é uma causa do Paraná e acima de tudo, acho que é uma causa nacional, e não é possível que um Estado que está provando, realmente na prática, ser o grande produtor de grãos, o grande produtor agrícola desta Nação, que está fornecendo e produzindo os alimentos para saciar não só a fome dos brasileiros, mas para trazer divisas a esta Nação, venha sendo penalizado da maneira como vem sendo.

Concedo o aparte ao Deputado Sérgio Spada, que viveu com muita intensidade, os problemas relacionados à construção, principalmente os problemas sociais da desapropriação da Usina de Itaipu.

Só gostaria de lembrar, que enquanto Itaipu perdeu em torno de 833 km<sup>2</sup> de terras às margens do Paraná, só a Usina de Ilha Grande, há uma previsão para perder

1.243 km<sup>2</sup> ou seja quase uma vez e meia a mais do que a própria Itaipu, a maior Usina do mundo.

Concedo o aparte ao Deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada - Nobre Deputado Nilso Sguarezi, eu parablenizo Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento e por esta denúncia que Vossa Excelência está fazendo, mas ainda parablenizo, ao ver que Vossa Excelência nesta oportunidade traz aí uma proposta concreta, clara.

Se o Governo Federal ou a CESBE não tomar providências com relação a este nosso reclamo, deveremos partir para uma iniciativa concreta e fazer com que sejam ouvidos.

Muitas vezes fico descrente com relação ao acesso de nossas reivindicações às autoridades federais, pois que há muito tempo nós vínhamos reivindicando o pagamento de royalties, que é um direito que nós teríamos aqui na nossa região, principalmente no Estado do Paraná, que é um dos maiores fornecedores de energia para o Brasil e que em troca não tem recebido praticamente nada.

Só cito o exemplo, que é o caso da Itaipu Binacional, que gerará 12.600.000 quilowatts da energia e desse total somente 4% fica no Estado do Paraná, mas a região Oeste do Paraná que entrou e foi prejudicada com o alagamento, não receberá como retorno coisíssima nenhuma e esse tipo de medida eu acho que deve ser levado na prática e de concreto.

O exemplo do Rio Grande do Sul, ele conseguiu realmente sensibilizar as autoridades na base da pressão. Acompanhei através dos jornais e noticiários, inclusive visitas que fiz àquele Estado, a mobilização muito grande, muito intensa por parte de Sindicatos Rurais, por parte da Igreja, por parte da classe política, visando o impedimento da construção das barragens que lá estavam previstas. Talvez esse Senador acompanhado de alguns agricultores levaram até Brasília, a reivindicação de toda comunidade riograndense, mas essa não foi uma luta isolada de duas, três ou trinta pessoas, mas sim de todo o Rio Grande do Sul.

Medidas desta natureza, o Paraná deverá adotar daqui para frente e percebo que Vossa Excelência, juntamente com Prefeitos da região que será afetada, caso seja construída essa usina, estão de ato com uma proposta concreta e o interessante, é que se comece partir para o campo, para a luta tentando mobilizar não só os agricultores dessa região, mas todo o Estado do Paraná, toda a classe política do Paraná, pois esta é uma questão acima de tudo paranaista.



Parabenizo mais uma vez Vossa Excelência e digo a Vossa Excelência que o Oeste do Estado do Paraná, certamente cerrará fileira, como as outras regiões, no sentido de se necessário acampar, de fato, nas margens desses rios onde seriam formadas as usinas e, se for necessário, para marchar até Brasília, e fazer com que o Paraná seja ouvido.

O SR. NILSO SGUAREZI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e gostaria apenas de levantar um problema delicado para a região, principalmente do Oeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa comunica que Vossa Excelência terá mais minutos.

O SR. NILSO SGUAREZI - É com referência à Usina de Ilha Grande. E a ELETROSUL, inteligentemente, está usando uma reivindicação muito legítima do Paraná e do Mato Grosso do Sul, que é uma ponte sobre o Rio Paraná. Reivindicação já levantada nesta Casa, levantada na região Oeste, na Região Noroeste do Estado, por todo o Mato Grosso do Sul, da indispensável ponte sobre o Rio Paraná.

Pois muito bem.

A ELETROSUL está procurando criar um fato consumado. Através da ponte sobre o Rio Paraná, que a ELETROSUL está construindo, ela quer criar o fato consumado: construída a ponte, infalivelmente, terá que ser feita a usina.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, acho que é o momento de nos levantarmos no sentido de dar seguimento, inclusive, àquela tese muito bem elaborada, muito bem defendida, neste Plenário, pelo Senhor Doutor Francisco da Cunha Pereira, quando veio levantar a tese da questão dos "Royalties", como forma de indenização ao Paraná.

Sabemos de que os Estados, onde, na sua plataforma até submarina, que o caso, agora, do Governador da Guanabara, Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que está reivindicando a indenização ao Estado do Rio, pelos postos de petróleo, a mais de 150 quilômetros da costa, porque a Petrobrás tem pago aos Estados produtores de petróleo, uma devolução, ou seja, um tipo de "royalties".

Nós do Paraná, que perdemos território, que temos graves problemas sociais, nós temos recebido nada. Então, acho que é o momento de colocarmos, a par do que esta Comissão de técnicos do Governo está fazendo, tentando encontrar mais solução técnica para equacionar o problema de indenizações a nível de proprietários, municípios e do Estado. É o momento da classe política do Paraná e da comunidade do Pa-

raná se levantar, para termos uma decisão política, porque é imperioso que cesse nesta Nação, que estas obras sejam feitas de forma autoritária em que o Poder Central, pura e simplesmente escolhe um território e não quer arcar com as consequências e os problemas sociais que estas obras acabam gerando.

Então, acho que é muito importante, que levantemos, inclusive, agora, em que se começa a discutir o problema da Constituinte, para que a Bancada do Paraná, a ser eleita, assuma um compromisso formal com os seus eleitores de ir na Constituinte, defender o sagrado direito que o Paraná tem aos "royalties", pela perda de seu território.

Acho que é uma tese que todos os partidos deveriam abraçar, que todas as bancadas deveriam abraçar, para que tirássemos, então, uma Bancada Constituinte do Paraná, cuja primeira obrigação moral com os paranaenses, e cuja primeira tese a ser defendida, perante a Federação é de que o Paraná tem direito à indenização dos seus "royalties".

Concedo aparte ao nobre Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - Parabenizo-me com Vossa Excelência pelas colocações que está fazendo da tribuna, e quero aproveitar a oportunidade, Deputado Nilso Squarezzi, para dizer que o Paraná, realmente, tem sido deixado de lado pelos Governos que se sucedem na União. E, além do problema das hidrelétricas, vemos o problema da agricultura, no Paraná, e a atual, é a luta pela implantação da Ferrovia da Soja, Ferrovia da Produção, de Guarapuava - Guaíra.

Veja que nós, sozinhos, somente no Oeste do Paraná, que tem 0,2% do território nacional, produzimos mais de 8% de todo o cereal brasileiro, e sem investimentos federais lá.

Pois muito bem.

Nós estamos prestes a ver inviabilizada a produção de cereal no Oeste do Paraná pelo convênio assinado entre o vale do Rio Doce e a Rede Ferroviária Federal, para, numa operação conjunta, operarem as linhas ferroviárias que chegam hoje no cerrado brasileiro.

Ora, o cerrado brasileiro de terras mais baratas de custo de produção hoje, só um pouco mais alto do que no Oeste do Paraná, terá os seus agricultores pelo transporte mais barato, é uma questão estratégica para a economia do Paraná.

Hoje, a construção da Ferrovia de Produção até Guaíra. Não se pode admitir que o Paraná produza, e fatura um bilhão de dólares só naquela região, por ano, não tenha um investimento federal, enquanto que lá em Carajás aplicaram três bilhões de

dólares, para na terceira e última etapa do projeto faturar anualmente somente 630 milhões de dólares.

- Portanto, é oportuna a vossa manifestação, e eu coloco mais essa, de luta que o Paraná tem que ter para que seja reconhecido o seu papel na economia nacional.

O SR. NILSO SGUAREZI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que realmente solidifica a nossa preocupação.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tendo usado o Horário do PDT, a palavra, o Deputado Nilso Sguarezi, concedo, agora, à representação do PDS.

Com a palavra, o Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há meses atrás, tive a oportunidade de abordar o uso do polêmico livro, *Reflexão e Ação em Língua Portuguesa*.

Na ocasião, pensava eu ser a autora, Marilda Prates, mas na verdade, é Janice Janete Perchun.

Este livro, Sr. Presidente, foi combatido no Estado do Paraná por diversos pais e mestres. A repercussão, entretanto, não foi das maiores, porque a imprensa nacional não tinha tomado conhecimento com profundidade do que o mesmo contém.

Ultimamente, entretanto, verificamos que os dois principais órgãos nacionais de divulgação, que é o Estado de São Paulo e o Jornal "O Globo" abriram espaço em seus editoriais para abordar a referida obra.

Já pedi a transcrição do editorial do jornal "O Estado de São Paulo" E agora, procederei à leitura, Sr. Presidente, do editorial do jornal "O Globo" que saiu publicado no dia 14 de setembro, portanto no sábado último, intitulado "A Gramática do Ressentimento", para conhecimento dos Srs. Deputados, porque é uma análise idêntica àquela que nós fizemos desta tribuna.

Lemos, ali: "A gramática a serviço da luta de classes e para ser adotada em escolas públicas, eis realmente uma novidade brasileira em matéria de camuflagem ideológica".

A novidade surgiu em São Paulo, diz o editorial, embora fosse no Paraná, e está contida no Livro Didático "Reflexão e Ação em Língua Portuguesa" da Professora Marilda Prates. Poderia passar como simples extravagância de uma mente envenenada por mil ressentimentos e preconceitos, mas a gramática revolucionária não só encontrou quem a editasse, Editora do Brasil S/A, como também diretores e professores da es-

cola da rede pública paulista que a pre-escrevem aos estudantes da 7.<sup>a</sup> série.

A autora conseguiu reunir ao lado das páginas dedicadas às lições gramaticais, uma coleção de textos que primam pela visão deformada e pessimista da realidade brasileira, com o intuito evidente de despertar nos jovens alunos, o sentimento de inconformismo e de revolta, o gosto pela desmoralização dos valores morais e culturais estabelecidos. Pinçando textos aqui e ali, alguns de escritores conhecidos e muitos outros da gente anônima e inexpressiva.

Marilda Prates junta essas peças para compor o retrato do Brasil como o paraíso da injustiça e da discriminação social.

O objetivo confessado é o de "criar nos alunos uma consciência crítica" em torno de indagações e dos problemas propostos. Isso, evidentemente, nada tem a ver com o estudo léxico e sintático da língua brasileira. Todavia, não bastando o grosseiro desvio das finalidades didáticas e de formação educacional, o livro prepara para o estudante o prato feito da consciência crítica negativista e destrutiva.

A única escapatória do aluno dotado de capacidade, de autodefesa, consista em não aderir às teses de "Reflexo e Ação" pois, na verdade, nada ali lhe resta, que valha a pena analisar e rebater.

Há outro aspecto a considerar: existirão pais que desejem, e até estimulem a intenção de criar-se uma consciência crítica nos filhos que mandam à escola. A maioria, entretanto, preferem que eles encontrem nos colégios, o ensino fundamental clássico, suporte insubstituível das etapas superiores especializadas do ensino. Esses pais rejeitam delegar a professores que conhecem a responsabilidade de moldar a consciência crítica de seus filhos, envolvendo o risco de incutirem ânimo amadurecido do estudante secundário, posições do pior estereótipo, às vezes de difícil remoção.

O livro polêmico não representa, é claro, um fato isolado no contexto do processo de desqualificação do ensino brasileiro. Generalização à parte, professores despreparados para o magistério, infestam hoje a rede pública e privada de educação regulamentar, e substituem a habilitação pedagógica ou técnico-científica que não possuem, por uma série de artimanhas e truques didáticos. Desprezam o rigor e a disciplina, ocupam os discípulos com pesquisas, dão notas a trabalhos feitos em casa, induzem os jovens a preferirem as atividades da política estudantil ou partidária, ao estudo sério das matérias curriculares.

Ontem, eram os estudantes que praticavam greves, e mereciam, por isso, a puni-

ção, a censura, ou pelo menos, a discórdância dos mestres.

Hoje, o magistério lidera em mangas de camisa os movimentos grevistas a qualquer pretexto, saem das salas de aula para as demonstrações de rua, enquanto, os discípulos vão perdendo as aulas e as oportunidades irrecuperáveis do aprendizado.

Para o espírito e os objetivos do livro "Reflexão e Ação da Língua Portuguesa", tudo isso é muito bom. Na visão maniqueísta que pretende transmitir aos moços, a sociedade se compõe de classes exploradas, e classes submissas espoliadas, e a esta cabe reagir, assumir a contra-ofensiva. Os portugueses pertenciam ao grupo espoliado, logo, deveriam descontar as suas insatisfações e frustrações em cima do governo, das autoridades educacionais, dos donos de colégios, e em cima dos pobres alunos, seja lhes sonegando diretamente os frutos do ensino, ou lhes impingindo a teoria e a prática do antagonismo social.

Esse editorial do jornal "O Globo" Sr. Presidente, bem demonstra o que pensam muitos pais a respeito desta polêmica obra que pretende fazer a cabeça de seus filhos, obra esta escrita por uma professora que quer o País do "Faz-de-Conta" pois, nem teve a capacidade de assumir a obra que publicou.

Esperamos sinceramente, que por parte das autoridades educacionais paranaenses, notadamente os professores, e diretores de escola, analisem esta questão com muita seriedade, para que as melhores soluções possam ser encontradas.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo alguns minutos do Horário da Liderança da Frente Liberal, mas quero justificar que não falo na qualidade de Líder do Partido, mas em meu nome pessoal, porque é um assunto que vamos abordar e que, dentro da nossa bancada, ficará livre a posição de cada um dos Srs. Deputados, porque trata-se de assunto ligado diretamente aos municípios de cada um dos Srs. Deputados, na sua região, tem a sua posição a tomar.

Mas venho, Sr. Presidente, congratular-me com a posição tomada pelo eminente Presidente desta Casa, Deputado Nilso Sguarezi, que apresenta a Emenda Constitucional n. 136, que altera o Art. 122 da Constituição do Estado, acrescentando o parágrafo único, com cinco incisos e adequando a critério a distribuição de parcela do

do imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias, devida aos Municípios, ao que se refere o parágrafo 9.º do Artigo 23 da Constituição Federal, alterado pelo artigo 3.º da Emenda Constitucional 17, de 2 de agosto de 1980, cuja emenda vem atender diretamente a quase 260 Municípios paranaenses.

Trata-se de uma medida justa, de um atendimento àquilo que é de direito a cada um de seus Municípios. Os critérios adotados para o retorno dos 20% do ICM, pertencente aos Municípios, evidenciam-se ineficientes e ineficazes, em especial, por não contemplar, de forma justa, os Municípios produtores.

A sistemática até agora vigente no Paraná, que leva em consideração apenas o valor adicional das operações relativas à circulação de mercadorias, beneficia consideravelmente os Municípios de grande porte, que apenas comercializam e industrializam as mercadorias, prejudica sensivelmente por outro lado, aqueles que efetivamente os produzem.

A Emenda já aprovada no Congresso Nacional, em que dá direito aos municípios de que os 20% do ICM, será pago na proporção do valor adicionado e os 25% de acordo como dispuser a lei estadual.

O Estado de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, já aprovaram legislação estadual referida no item a que me referi e o Paraná ainda não fez até agora.

Por isso, quero dizer da minha posição, favorável a esta Emenda Constitucional. Claro que deverão ser ouvidas as Comissões, a Comissão de Justiça que irá estudar esta proporção de 1/4 do ICM que deve ser distribuído aos municípios, baseado nas propriedades rurais, na produtividade agrícola, de acordo com o rateio em partes iguais, a todos os municípios.

Era só, Sr. Presidente. - ( revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrado o Horário das Lideranças,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 182/84, de autoria do Deputado LEONIDAS CHAVES, que denomina ISRAEL MARTINS a Rodovia PR-364, no trecho que interliga os Municípios de Guarapuava, passando por Goioxim, Marquinho e Palmital, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, com apoio do Sr. Deputado Artagnão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 182/84, por dez (10) Sessões. - **Aprovado**. Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n. 182/84, por dez (10) sessões.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 15/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI e OUTROS; que declara de Utilidade Pública a entidade LAR DOS VELHOS DESAMPARADOS DE LOANDA, com sede e foro no Município de Loanda. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado**.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 30/85, de autoria do Sr. Deputado ORLANDO PESSUTTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENGENHEIROS FLORESTAIS - APEF, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado**.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 35/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 72/85), que objetiva revogar o art. 2.º da Lei 7550, de 17/12/81, ficando restaurada a redação original do Art. 6.º e de seu Parágrafo Único, da Lei n. 6407, de 07/07/73, (Composição do Conselho de Administração do IPARDES). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado**.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 45/85, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO FEMININA ACÁCIAS DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado**.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.

95/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PATOBRANQUENSE DO MEIO-AMBIENTE - APAMA, com sede e foro no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado**.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 133/85, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor EVANGELINO COSTA NEVES. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e Comissão Especial, por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado**.

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 244/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL SANTA PAULA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado**.

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 257/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que autoriza o Poder Executivo implantar a Rede Estadual de Oficinas de Orientação para o Trabalho no Estado do Paraná, destinado a atender aos menores carentes, na faixa de 12 a 18 anos de idade, e dá outras providências. Com Parecer Contrário da C.C.J., por unanimidade, e com PARECER FAVORÁVEL da C.E., por inanimidade. - **Aprovado**.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, pela Ordem.

Sr. Presidente, quando há Parecer Contrário, como informa Vossa Excelência, da C.C.J., a votação não é feita no sentido inverso?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) É que há um PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e um PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Educação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - O parecer da C.C.J., é contrário, por inconstitucionalidade.

E o Parecer da Comissão de Educação é favorável, Sr. Presidente, eu insisto, porque eu acredito que o que justifica a votação em contrário na Casa é a questão da constitucionalidade e esta está definida pela C.C.J.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa informa que, de acordo com o parágrafo único a votação será feita de modo inverso se a proposição tiver recebido dentro

dos Pareceres das Comissões, pelo menos um Contrário em sua aprovação, ou quando não houver Parecer.

A Mesa vai colocar em votação novamente o projeto. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. - Rejeitado.

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 275/84, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que declara de Utilidade Pública a GUARDA MIRIM DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, com sede e foro no Município de São Pedro do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 05/85, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO E MARCOS CAVANIS, com sede e foro no Município de Castro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 28/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL OFICINA - ASSEDOF, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de lei n. 41/85, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que denomina ÁLVARO GODOY a estrada que liga o Distrito de São Luiz, no Município de Loanda, à PR-445, (Rodovia Celso Garcia Cid). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 47/85, de autoria do Deputado NELSON BUFARA, que declara de Utilidade Pública a CRECHE RECANTO PAULO VI, com sede e foro no Município de Guaratuba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 52//85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA VILA PINTO, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 65/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 93/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar à Fundação Instituto

Agrônomo do Paraná - IAPAR, a área de terreno com 1.134,22 m<sup>2</sup>, denominada "Reserva H" localizada na cidade de Cascavel, objeto da Transcrição sob o n. 33.210, do Livro 3-BC, do 1.<sup>o</sup> Ofício de Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 67/85, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que dá nova redação ao Art. 3.<sup>o</sup> da Lei n. 7231 de 24/10/79. (Proíbe a transferência a terceiros da área que especifica, podendo o Município de Rio Azul doar à SANEPAR, 900<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 82/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA AMÉLIA BOUDIET, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de lei n. 86/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a CASA DE OXALÁ, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 87/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública Estadual a "ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA", com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 89/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública estadual a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA CANTU", com sede no município de Nova Cantu e foro na comarca de Ubatuba. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 91/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que regulamenta a requisição, compra de passagens aéreas, pagamento de fretes aéreos, domésticos e internacionais efetuados pelo Poder Público Estadual, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprova-**

do.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 103/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que denomina "ESCOLA ESTADUAL TROFÂNIO AGAPITO MALTEZZO", o estabelecimento de ensino de 1.<sup>o</sup> Grau da cidade de Cafelândia, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 105/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que denomina de "JOÃO TAVARES DA SILVA", a estrada que liga Warta - Bela Vista do Paraíso - Primeiro de Maio (PR-445), conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 106/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - AFSEAG/PR", com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 107/85, de autoria do Deputado NELSON GUIMARÃES DE VASCONCELLOS, que autoriza o Poder Executivo doar o imóvel constituído pela Data n. 11, Quadra 11. Zona 02, com área de 523,80m<sup>2</sup>, localizado na cidade de Umuarama, à Prefeitura Municipal de Umuarama, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 108/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a permutar área de terras de propriedade do Estado, localizado na cidade de Andirá, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 113/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que denomina de "DEPUTADO BENEDITO LÚCIO MACHADO", a Rodovia PR-424 que liga o município de Itararé ao município de Siqueira Campos. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 116/85, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que autoriza o Poder Executivo a

doar área de terra de propriedade do Estado, ao município de Pien, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - Do requerimento de autoria do Deputado TUGUIO SETOGUTTE, solicitando 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde. Aprovado.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, de acordo com o artigo 11 da Constituição do Estado do Paraná e com o artigo 14 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, licença de 15 dias para tratamento de saúde, a partir de 17 de setembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 16.09.85.

(a) TUGUIO SETOGUTTE.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

## DO ESTADO DO PARANÁ

## SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE

## LAUDO MÉDICO N. 23/85

Aos dezessete dias do mês de setembro de 1985 a Junta Médica infra assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Deputado TUGUIO SETOGUTTE concluiu achar-se o mesmo com 721.1 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte), necessitando de 15 dias de licença, para tratamento.

17.09.85

(aa) Médico Chefe da Junta - Membros

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulino Chimenski, ocorrido no dia 16 de setembro do corrente ano, no município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Aparecido Esteves, ocorrido no dia 13 de setembro do corrente ano, no município de Piraquara. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja autorizado o Senhor Deputado Paulo Furiatti, atual membro da Comissão Especial do Cancro-Cítrico, a participar, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, de reunião sobre o assunto do interesse desta Comissão. Aprovado. À Diretoria Legislati-

va.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 181/84, que denomina a Rodovia 456 "Moacir Júlio Silvestre". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 152/85, de sua autoria, que objetiva tornar de Utilidade Pública o Centro Paranaense de Umbanda, com sede nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 191/85, que institui a garantia de pleno emprego ao funcionário regido pelo CLT do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de um Posto de Saúde no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a liberação de medicamentos para o Posto de Saúde do Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, no município de Campina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da CAFÉ DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a implantação no município de Londrina, do Programa de Compras Comunitárias para pessoas de baixa renda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 10.º aniversário de fundação da COAGRU - Cooperativa Agropecuária União Limitada, localizada no município de Ubatuba. Apro-

vado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal, objetivando a instalação de agências lotéricas em todos os municípios brasileiros, independente de seus quadros populacionais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, objetivando providências para a extensão de linha telefônica para a localidade de Santa Luzia, no município de Planalto. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a designação de mais policiais para prestar serviços no Distrito Administrativo de Luiziana, município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sindicato dos Empregados do Comércio de Ubatuba, pela eleição e posse de sua Diretoria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo informações sobre a quantia já gasta neste ano em materiais esportivos, exclusivamente na compra de bolas, camisetas e uniformes esportivos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros do Exército e Comandante da 5.ª Região Militar do Estado, visando o não fechamento do Colégio Militar de Curitiba, conforme notícias veiculadas através da imprensa desta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando seja marcada para o dia 23 de outubro do corrente ano, às 15 horas, a Sessão Solene de entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná a Dom Pedro Fedalto - Arcebispo de Curitiba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.



Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo para que na Mensagem a ser enviada para apreciação nesta Casa de Leis, seja inserido no destaque a criação de Distrito Administrativo por Lei Estadual implicará automaticamente na criação do Distrito Judiciário. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro das Minas e Energia, para que revogue a Portaria do Conselho Nacional de Petróleo que exclui o Paraná como produtor de carvão energético. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um telefone público no Restaurante e Churrascaria Panorâmico Vila Velha, situado na BR-376, Rodovia do Café, Km 83,5, próximo ao município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Comandante da Polícia Militar do Estado, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, visando seja determinado policiamento preventivo para disciplinar o trânsito nas proximidades dos estabelecimentos de ensino do município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Desembargador Heliantho Guimarães Camargo, pelos relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Desembargador Heliantho Guimarães Camargo, pelo trabalho desenvolvido por mais de 40 anos na magistratura ativa paranaense. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro das Minas e

Energia, encarecendo medidas urgentes para que determine como Poder Concedente, à CESP, que cumpra imediatamente suas obrigações de indenizar não só as pessoas proprietárias dos reservatórios das Usinas de Rosana e Taquaruçu, mas dos municípios atingidos e ao Estado do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no jornal "O Estado de São Paulo", sob o título "Um golpe ameaça as microempresas". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a inclusão na pauta da Ordem do Dia da próxima sessão o Projeto de Lei n. 183/85, Mensagem n. 136/85, pois o mesmo se encontra em regime de urgência e não sofreu pareceres das Comissões Técnicas da Casa. Inclua-se na Pauta, na forma da Letra "C", do Art. 106, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO: do Projeto de Lei Complementar n. 217/84.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO: dos Projetos de Lei n. 244 e 275/84, 05, 28, 41, 47, 52, 65, 67, 72, 82, 86, 87, 89, 91, 103, 105, 106, 107, 108, 113 e 116/85.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO: dos Projetos de Lei n. 236 e 241/84.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO: dos Projetos de Resolução n. 58, 77, 78, 79, 80 e 81/85.
- Levanta-se a Sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EM SESSÃO DO DIA 17 DE SETEMBRO DE 1985.**

#### "UM GOLPE AMEAÇA AS MICROEMPRESAS"

Jornal "O Estado de São Paulo"

A liberdade para trabalhar, produzir, gerar riquezas, poderá sofrer mais um golpe mortal no próximo dia 18, em Curitiba: o governador José Richa, apoiado pelo governo federal, está lutando para estatizar a microempresa.

Trinta milhões de trabalhadores, três milhões de empresas que representam 99% dos estabelecimentos que empregam 80% da mão-de-obra industrial e geram 75% da produção; e uma participação ainda maior no setor terciário, serão prejudicados por um golpe traiçoeiro que se iniciou nas escrevaninhas burocráticas do Banco do Estado do Paraná, alastrando-se pela pseudoliderança do "microempresário" paranaense Gerson Weiss até o gabinete do governador José Richa, e daí chegou a Brasília, até o Palácio do Planalto - depois de receber o aval do ministro da Desburocratização, Paulo Lustosa, um "defensor do microempresário".

O grande golpe foi planejado para Curitiba, dia 18 próximo, às 14h30, quando se votará a criação do órgão representativo que congregará, a nível nacional, todas as associações de microempresas, com eleição e posse da primeira diretoria.

Esse I Encontro Nacional das Associações de Microempresas servirá para que o preposto do governador Richa, o "microempresário" Gerson Weiss, possa eleger-se primeiro presidente da federação nacional, com o apoio de apenas 5% dos microempresários do País.

#### O GOLPE

No final do governo do presidente João Figueiredo, quando o ministro da Desburocratização ainda era Hélio Beltrão, os representantes das associações de microempresa mais representativas do País começaram a se reunir para viabilizar a constituição de uma organização que pudesse representar a microempresa junto aos governos estadual e federal.

O processo de criação desse órgão só foi adiado pela incerteza quanto ao ministro que viria a substituir Hélio Beltrão, e os rumos que o movimento em favor da microempresa poderiam tomar no governo da Nova República, em função da luta pela aprovação do Estatuto da Microempresa em novembro de 84.

Escolhido o ministro Paulo Lustosa para conduzir o Programa Nacional de Desburocratização, os microempresários recobram a confiança na luta pela livre iniciativa e pela liberdade de produzir, principalmente porque o ministro Lustosa demonstrava empenho em desenvolver o movimento.

As associações começaram a se desenvolver, a se estruturar e a crescer em número de sócios e lideranças. Em São Paulo foi constituída a Ampemesp - Associação da Micros, Pequenas e Médias Empresas do Estado de São Paulo - liderada por René Baldacci, apoiada por Campinas, sob o comando de Wilson Righetto e da Anapemei, de Santo André; em Santa Catarina, uma associação mais antiga ainda e plenamente estruturada

com mais de 5 mil microempresários, a Acimpevi - Associação Comercial e Industrial das Micro, Pequenas Empresas do Vale do Itajaí, liderada por Pedro Cascaes; no Rio, a Flupeme - Associação Fluminense das Pequenas e Médias Empresas; Amipemei - Associação Mineira das Micro e Pequenas Empresas de Belo Horizonte - e no Rio Grande do Sul, a Associação Gaúcha das Microempresas.

Essas principais associações, apoiando a criação de outras nos demais Estados, lutavam pela estruturação a partir da base, isto é, dos microempresários sem nenhuma vinculação com órgãos governamentais, e sem nenhuma intenção de exigir um tipo antigo de paternalismo. Todos dispostos a crescer pelo seu próprio trabalho, exigiam apenas liberdade para trabalhar.

#### O PLANO

Nesse interim, o "microempresário" Gerson Weiss, ligado ao governador José Richa é favorecido pelo apoio financeiro do Banco do Estado do Paraná, programou o I Encontro Nacional das Associações de Microempresas para a cidade de Curitiba, aparentemente com o intuito de apenas discutir a formação de uma federação nacional de associações de microempresários.

Em fins de julho, os representantes de associações mais representativas de microempresas estiveram em Brasília para formalizar um protocolo de apoio do Banco do Brasil, na linha de crédito. Nessa ocasião, o ministro Lustosa convocou os líderes para solicitar, entre outras coisas, a urgência da criação de uma federação nacional, visto que os microempresários teriam um representante no Conselho Monetário Nacional. A partir desse encontro, o "líder" paranaense Gerson Weiss começou a divulgar que o assunto seria discutido no Encontro Nacional de Curitiba, e isso causou uma certa competição entre as lideranças.

René Baldacci, presidente da associação de São Paulo, foi contra a criação da associação nacional, porque Gerson Weiss pretendia que a eleição do presidente dessa associação ocorresse pelo voto unitário dos presentes no encontro de Curitiba, e não pelo voto de representação por Estado.

Gerson já estaria com a vitória garantida, pois com o apoio do Banco do Estado do Paraná ele já havia criado um sem número de associações de microempresas, sem a menor representa, simplesmente para eleger-se e receber os favores políticos em troca da força eleitoral da federação nacional. O Banco do Estado do Paraná garantiu passagem e hospedagem para todos esses "líderes" irem votar em Gerson no encontro de Curitiba.

Diante da resistência de São Paulo, apoiada pelas associações de todos os ou-

tos grandes Estados do País, houve uma reunião no Rio de Janeiro, onde ficou decidido;

- 1 - Voto unitário por Estado;
- 2 - Adiamiento da constituição da federação nacional.

As decisões foram comunicadas ao ministro Lustosa e a todos os demais líderes, inclusive Gerson, que não compareceu à reunião no Rio.

Em meados de agosto, os líderes das associações foram recebidos pelo Presidente José Sarney, em Brasília, onde o "microempresário" Gerson Weiss leu um discurso em nome dos microempresários, que foi redigido pela assessoria do ministro da Desburocratização, deixando claro que ele estava mais do lado do governo do que dos microempresários, pois os demais líderes não tinham conhecimento do texto do discurso em nome deles.

Nova tentativa de conciliação foi tentada em Belo Horizonte, há duas semanas, mas Gerson Weiss não compareceu. E ontem, no começo da tarde, para incrível surpre-

sa, o líder paulista René Baldacci, recebeu num envelope, expedido pelo Ministro da Desburocratização, o programa do I Encontro de Associações de Microempresas a realizar-se dia 19 em Curitiba, com o timbre do banco do Estado do Paraná - área de marketing -, onde o item principal - num encontro reservado só para os microempresários, no dia anterior - é a criação da federação nacional, como o líder paranaense pretendia.

O ministro Lustosa chegou a oferecer uma sala de seu ministério para servir ao presidente da federação nacional que Gerson quer criar, para servir ao governo.

Assim, o presidente José Sarney, o ministro Lustosa, o governador Richa poderão estatizar e manipular o poder político das associações de microempresas; e as grandes Federações de Indústria e do Comércio nada terão a temer contra a força emergente que as microempresas começavam a representar no Brasil, ou seja 30 milhões de votos.

(Vital Battaglia).